



PRPG Pré-Reitoria de Pós-Graduação
PIBIC/CNPq/UFPG-2009

AS IMAGENS OCULTAS DA DITADURA: OS REGISTROS FOTOGRÁFICOS NÃO PUBLICADOS DE PROFISSIONAIS DA IMPRENSA CAMPINENSE, DA DÉCADA DE 60 AOS ANOS DE ABERTURA.

Mainara Rodrigues Nóbrega¹, Paulo Matias de Figueiredo Júnior²

RESUMO

O projeto teve por objetivo realizar uma pesquisa do tipo exploratória sobre os registros imagéticos não publicados dos fotojornalistas, da década de 60 aos anos de abertura, o que envolve todo período de ditadura; buscando mais dados relevantes sobre a história da cidade de Campina Grande, especialmente no que remete à censura. Com base na análise da bibliografia, entrevistas e imagens, foi verificado que mesmo hoje, 24 anos após a abertura do regime militar, existe uma série de dificuldades quanto ao acesso a dados e materiais do período de ditadura, principalmente aos registros nunca antes publicados. Ainda assim, contando com imagens do acervo pessoal de Nicolau de Castro, este artigo apresenta importantes registros censurados durante a ditadura e que, portanto, não chegaram ao conhecimento da população.

Palavras-chave: Fotojornalismo; Ditadura militar; Campina Grande.

FORBIDDEN PICTURES FROM DICTATURE: THE UNPUBLISHED PHOTOGRAPHS FROM CAMPINA GRANDE PHOTOGRAPHERS' PRESS THAT WERE MADE ON THE 1960'S.

ABSTRACT

The article is based on an exploratory research about the unpublished imagetical registers, made by photojournalists on the 1960's, when the dictatorial period happened. Simultaneously, a research about relevant aspects of Campina Grande's history, especially about censorship, was made. According to bibliographical data, interviews and pictures, we can realize that even nowadays, 24 years after this historical period, there are too many difficulties to find documents and all kinds of materials related to it, especially the unpublished ones. However, the access to Nicolau de Castro picture's archive brought to this article some important registers that were censored and not published during dictature.

Keywords: Photojournalism; Dictature military; Campina Grande.

INTRODUÇÃO

Os primeiros experimentos para retratar uma imagem foram realizados sem o uso de produtos químicos, porém com intervenção direta do homem. Com o passar do tempo veio a pintura sobre tela, cujo princípio fundamental da época era o de representação do real, desencadeando o surgimento de correntes como *realismo* e *naturalismo*. Foi observado através da obra de Dubois (1993) que anos depois, surgiu a *silhueta*; a inovação novidade deste método sobre a pintura estava na rapidez com que o "retrato" era feito. O resultado obtido era uma figura produzida claramente de perfil.

Inventado por Louis Chrétien, o *fisionotrago* foi outra técnica revolucionária para época. Consistia na união do método utilizado na *silhueta* junta à gravação da imagem, no qual com um estilete, era contornado o desenho silhuetado; e com outro, cobria-se os deslocamentos feitos com tinta, reproduzindo a imagem em uma determinada escala. Depois tudo era gravado numa chapa de metal, e vendido na quantidade mínima de dois retratos por pessoa.

¹ Aluna do curso de Bacharelado em Arte e Mídia, Unidade Acadêmica de Arte e Mídia, UFCG, Campina Grande, PB, E-mail: mainara.nobrega@gmail.com

² Jornalista, Professor Mestre, Unidade Acadêmica de Arte e Mídia, UFCG, Campina Grande, PB, E-mail: paulo@artemidia.ufcg.edu.br

Foi em 1824, que após várias tentativas de registrar imagens de objetos em papéis preparados com sais de prata, associados a luz solar., iniciou-se a grande revolução da imagem. Niépce, um dos precursores da fotografia, que há anos seguia estudando formas de eternizar um momento, consegue registrar a primeira foto intitulada: "A mesa posta". Logo em seguida, Louis Jacques Mandé Daguerre fez parceria com Niépce, para que ambos pudessem pesquisar sobre fotografia e desenvolver essa invenção através da realização de testes.

O daguerreótipo foi o resultado de um desses testes. A invenção patenteada por Daguerre possuía muitas limitações técnicas: o tempo de exposição da imagem era muito longo; o equipamento era consideravelmente pesado, o que dificultava seu manuseio e transporte; a pouca demanda deste; o custo inviável; e a impossibilidade de se realizar cópias, dificultava a produção de imagens.

Com o desenvolvimento da técnica, novos experimentos aconteceram, o tempo de exposição diminuiu e passou-se a utilizar a fotografia para retratar pessoas sem o uso de aparatos que mantivessem os fotografados praticamente imóveis. Esta inovação favoreceu ao surgimento do primeiro estilo de fotografia, o retrato. Posteriormente, o daguerreótipo foi aperfeiçoado passando por diversas modificações até o formato de equipamento fotográfico que encontramos hoje.

[...] desde os anos trinta e quarenta, com a "democratização" do registro fotográfico mediante o surgimento de máquinas fotográficas de operação muito simples e relativamente baratas, que permitiram a fixação rápida e fácil de "instantâneos", a vida dos grupos sociais e dos indivíduos passou a ser registrada muito mais pela imagem do que pelos livros de memórias (SIMSON, 1998, p.20).

A tecnologia proporcionou a democratização da fotografia, através da popularização das máquinas compactas e de fácil utilização, como a *Kodak*, seguido do avanço tecnológico do equipamento com o desenvolvimento das "câmeras *monoreflex*", de uso profissional. Este incremento de aparatos permite ao fotógrafo explorar diversas possibilidades: imagens mais claras ou escuras, mais ou menos nítidas, foco dirigido apenas ao primeiro plano, ao segundo ou a ambos, além de possibilitar a troca de objetivas.

Tornou-se comum o uso da câmera fotográfica entre a população. Muitos pintores, impressionados com a verossimilhança produzida pela fotografia trocaram as telas por câmeras fotográficas. Devido ao seu caráter documental, a fotografia foi empregada em diversos meios, entre eles, o fotojornalismo, uma forma de tornar público fragmentos imagéticos da realidade. Os fotojornalistas retrataram as situações mais adversas objetivando que as imagens produzidas complementassem e comprovassem a veracidade das reportagens de jornal. Porém, esta liberdade de expressão foi reestruturada durante o período de ditadura no Brasil.

No decorrer do regime militar fotografias foram censuradas, câmeras e filmes confiscados. Se hoje a imagem fotográfica mostra-se até mesmo banalizada devido à popularização deste meio, durante o regime ditatorial tal recurso foi de grande valia no registro de graves ocorrências, documentando manifestações e eventos de várias naturezas.

No período que compreende a ditadura, de abril de 1964 até janeiro de 1985, o país passou por crises políticas, econômicas, sociais e culturais que atingiram principalmente as grandes cidades do país, e em menor escala o interior do norte e nordeste, marcando para sempre a história da sociedade brasileira.

No decorrer de 21 anos o medo e o terror marcaram a sociedade, diante da violência com a qual os revolucionários que questionavam o regime militar eram tratados. Foram milhares de pessoas mortas, desaparecidas, perseguidas, torturadas, e acusadas injustamente por aqueles que serviam ao regime. Muitos foram os políticos e artistas que perderam seus direitos e foram exilados durante o período militar.

Segundo as obras de Arns (1985) e Gaspari (2002), em geral as denúncias na Justiça Militar por crimes contra a Segurança Nacional, eram sempre vagas e imprecisas. Chegava-se a dizer que o acusado havia praticado atos de subversão, sem descrevê-los devidamente. As testemunhas convocadas pelos promotores freqüentemente declaravam desconhecer os fatos narrados ou testemunhavam "por ouvir dizer". Os inquéritos policiais formados para apurar ocorrências consideradas atentatórias à Segurança Nacional tinham confissões extra-judiciais, geralmente obtidas através de coações. As pessoas detidas pelos órgãos de segurança assistiam ao rateio dos seus bens entre os executores de sua prisão. Após os interrogatórios, as pessoas que eram liberadas não obtinham a devolução de seu patrimônio.

As confissões obtidas nos órgãos da segurança não eram, evidentemente, livres, nem espontâneas. Muitas vezes, não eram sequer verossímeis, posto que as declarações tinham que concordar com as informações anteriores que as autoridades tinham sobre o detido (ARNS, 1985,p.182).

Sobre os crimes de "propaganda subversiva", é importante fazer referência aos processos abertos contra cidadãos que já se encontravam encarcerados nos presídios políticos do país e mesmo assim foram denunciados por atentarem contra a segurança da nação na qualidade de presos políticos. No auge da

censura ficou comprovado o delito de “propaganda subversiva” por meio de cartas, através da violação das correspondências distribuídas pelos Correios durante os anos do regime militar.

Devido aos acontecimentos que emergem nas falas dos entrevistados durante esta pesquisa, na busca de memórias relatadas por estes, é possível reconstruir parte da história do país, contada do ponto de vista local, de quem viveu todo o processo militar na cidade de Campina Grande, PB. “Não é permitido considerar esses fatos como fictícios ou irreais (embora recuperados pela memória), [...] apesar de a história oficial não registrar. [...] são relatados de forma ressentida, com um peso emocional muito grande” (GOMES, 2002, p.68).

O autoritarismo do regime militar e as ações punitivas para “quem abrisse a boca” encontram-se presentes até hoje na vida de algumas pessoas, no que diz respeito a: torturas, perseguições, imprensa, prisões, grupos de extermínio etc. Nos estudos realizados em Campina Grande, foram descobertas importantes informações no que se refere a assuntos ligados ao período de ditadura.

Em todo país muitos foram os jornais e reportagens censuradas, editoras que fecharam suas redações, gráficas vigiadas permanentemente durante o processo ditatorial, alguns filmes deixaram de ser exibidos, assim como algumas músicas foram proibidas em todo território nacional, por seu conteúdo ser considerado “subversivo”. Os militares tinham o controle dos meios de comunicação e manipulavam a informação que chegava até o povo, enfatizando a glória do regime militar. Porém, quem atuava dentro da imprensa estava ciente de acontecimentos que não chegavam ao conhecimento geral. Alguns destes fatos foram resgatados e apresentados nesta pesquisa por meio de entrevistas realizadas com fotojornalistas da cidade de Campina Grande, além da obtenção de imagens censuradas durante o período de *ditadura*, que a população até hoje desconhece.

Dentre os fotojornalistas que atuaram no jornal Diário da Borborema, maior jornal em circulação da época, tornou-se claro que apenas o fotógrafo Nicolau de Castro possui atualmente um acervo com fotografias nunca publicadas. Os demais fotógrafos, José Waldir Lira e Aluizio Alves do Nascimento, afirmaram que todas as suas produções fotojornalísticas ficaram no arquivo do jornal, não possuindo assim qualquer tipo de acervo do período em questão. Também foram procuradas para pesquisa as fotografias censuradas e publicadas meses após a eleição de Tancredo Neves (primeiro presidente civil depois de vinte e um anos de ditadura militar) em um suplemento do *Diário da Borborema*, a *Revista Tudo*, que na época era complemento do jornal apenas aos domingos.

Diante dos importantes fatos averiguados e vista a carência de obras para pesquisa existentes em âmbito local, este trabalho objetivou investigar e discutir a atuação dos fotojornalistas do jornal Diário da Borborema em Campina Grande – PB, no período que compreende as décadas de 60 a 80 do século passado, analisando as fotografias por estes produzidas e não publicadas, devido a censura da época.

Buscando estruturar uma pesquisa qualificada para fins de consulta e aprofundar o conhecimento acerca do período histórico estudado, os objetivos específicos são: analisar, através de estudo iconográfico e iconológico, a relação entre conteúdo imagético produzido e o contexto social, com ênfase no golpe de 1964; compreender como o exercício profissional dos fotojornalistas sofreu influência a partir da articulação entre suas condições de vida, seus ambientes de trabalho e o contexto social; localizar e inventariar as peças ou acervos de imagens não publicadas deste período; investigar parte da história de Campina Grande no que se refere à censura e regime militar, partindo do ponto de vista fotojornalístico do período em questão.

Após a realização da pesquisa bibliográfica, as entrevistas e um estudo iconográfico com traços também iconológicos do período em questão, desenvolveu-se uma base teórica extensa e confiável, a fim de melhor fundamentar os dados colhidos. Entre os vários aspectos abordados no conteúdo as temáticas abordadas são: 1. Fotografia e memória; 2. Regime ditatorial: do âmbito nacional ao regional; e 3. Análise das imagens: uma contextualização do período militar em Campina Grande

METODOLOGIA

Visando a melhor forma para desenvolvimento da pesquisa, sua estruturação foi dividida metodologicamente em quatro etapas: pesquisa bibliográfica (leitura e fichamentos); pesquisa de campo (entrevistas); realização do estudo iconográfico (busca dos registros fotográficos); transcrição das entrevistas; construção da relação de todo conteúdo (pesquisa bibliográfica sobre fotografia e sobre ditadura, com os dados revelados pelos entrevistados); e estudo com traços iconológicos³.

A primeira etapa, pesquisa bibliográfica, foi dividida em duas partes: bibliografia relacionada à fotografia no âmbito teórico e técnico; e relacionada à ditadura tanto em uma abordagem nacional como regional. Ambas foram fundamentais para melhor compreensão do período histórico estudado, e importante para construção da base teórica utilizada no desenvolvimento deste artigo. Além disto, foi também realizado um

³ não se deteve a análise detalhada das imagens, e sim a contextualização destas no período histórico em questão, por isto o uso do termo “estudo com traços” iconológicos.

levantamento de dados utilizando-se de jornais dos arquivos do *DB*, do *Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande* e da biblioteca do curso de Comunicação Social da UEPB.

Conhecendo melhor a história e as técnicas utilizadas para a realização das fotografias, assim como o que se passou durante o período de ditadura (censura, torturas, perseguições etc.), foi elaborado um questionário por meio do qual investigou-se o fotojornalismo em Campina Grande durante as décadas de 60 a 80, a fim de descobrir como se desenvolveu tal período na cidade.

Em seguida, teve início a etapa de pesquisa de campo, com o objetivo de entrevistar quatro fotojornalistas que trabalharam no jornal *Diário da Borborema* durante o regime militar. No decorrer desta fase, obtivemos também o testemunho de um comerciante que trabalhou diretamente na compra e venda de armas durante o período de ditadura, na loja de armamentos *Manoel Ferreira Comércio S/A*.

Paralelamente, fez-se um estudo iconográfico através da busca de registros nos acervos fotográficos pessoais dos fotojornalistas entrevistados, imagens que eles teriam produzido no período em questão, mas que não haviam sido publicadas. Constatou-se que a maioria dos fotojornalistas havia deixado toda sua produção no arquivo do jornal *Diário da Borborema*, com exceção do fotógrafo Nicolau de Castro. Ele possui ainda hoje em seu acervo imagens que foram censuradas na época, e cedeu para esta pesquisa cerca de 19 fotografias⁴. A maioria dessas imagens retrata manifestações em Campina Grande ocorridas entre o início da ditadura e o processo das Diretas Já. Também foi buscado o acervo fotográfico do *DB*, porém este encontrava-se fechado devido a uma mudança de diretoria do jornal e reforma do local.

Diante de todo o conteúdo conseguido no primeiro semestre da pesquisa, iniciou-se a quarta e quinta etapas do projeto, referente a análise de dados. Nesta fase, realizaram-se as transcrições das entrevistas, e a construção da relação entre o conteúdo pesquisado sobre fotografia e ditadura, com as entrevistas e as imagens conseguidas até então. O resultado deste processo foi um relatório parcial apresentado no mês de fevereiro de 2009.

A busca por mais imagens ocorreu a partir do mês de novembro de 2008 até o final de abril do ano seguinte, porém não foram encontradas outras fotografias devido a dificuldades como: a maioria dos colaboradores (fotógrafos) não dispunham de tempo suficiente para localizar mais imagens em seu acervo; ocorreu o fechamento do arquivo do *Diário da Borborema* por tempo indeterminado, o que causou problemas para que se pudesse obter o material específico e fundamental para a continuidade desta pesquisa: o exemplar da *Revista Tudo* (suplemento do jornal de domingo do *DB*) com imagens não publicadas durante a ditadura.

Sendo assim, teve início a última etapa da pesquisa, um estudo com traços iconológicos analisando e principalmente contextualizando as imagens conseguidas através de Nicolau de Castro, que além dos registros imagéticos forneceu importantes dados de suas experiências que remetem ao período em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Fotografia e Memória

A memória da atual sociedade está sendo construída por imagens das mais diversas naturezas. São empregadas popularmente fotografias artísticas, antropológicas e históricas, que encontram-se expostas em locais estratégicos (públicos ou na mídia) com o objetivo de comunicar um acontecimento para pessoas de diferentes localidades. As novas gerações passam a conhecer hábitos, aspectos sociais, históricos e culturais através do registro imagético.

Estamos constantemente nos valendo de imagens instantâneas da nossa vida [...] para detonar o processo de lembrar [...] os acontecimentos já vivenciados. [...] É o suporte imagético que na maioria das vezes, vem orientando a reconstrução e veiculação da nossa memória, seja como indivíduos, seja como participantes de diferentes grupos sociais (SIMSON, 1998, p.20).

A memória é definida como uma estrutura organizada de forma complexa que conserva as informações, elaborando continuamente os procedimentos de reconstrução de um passado e conseqüentemente de uma identidade. Assim, as imagens fotográficas se constituem num útil sistema de transmissão da memória para alguns grupos sociais. Segundo Olga Simson, “Elas indicam também que o registro imagético vem permeando cada vez mais a nossa cultura [...] e transformando talvez no principal ‘texto’ orientador da construção das memórias individuais e da memória coletiva” (*idem*, p.31).

Durante 21 anos, o terror implantado no país pelos golpistas de 1964 numa ditadura que condenou cidadãos (principalmente estudantes, professores e profissionais da imprensa) sem direito de defesa, perseguiu e executou sumariamente nas ruas, torturou nos porões dos quartéis, sustentando na aparência o

⁴ Todas foram analisadas exceto uma, por ser praticamente repetida na composição imagética.

milagre brasileiro e a Copa do Mundo. Enquanto a nação mergulhava na mais grave crise econômica e política de sua história, as fotografias guardavam mais do que as reportagens escritas, apresentando visualmente lembranças de acontecimentos e seus personagens.

A perseguição, o afastamento, a demissão e as prisões ainda fazem parte da memória seletiva de muitos professores. [...] a universidade, desenvolvendo políticas, ficou ao lado do poder, atuando no sentido de adestrar o indivíduo para se tornar obediente ao sistema. A ordem implantada visava unicamente a provocar o comportamento desejado (GOMES, 2002, p.67).

Os professores foram considerados uma classe subversiva a ser observada pelo militares. Visto que são formadores de opinião, deveriam demonstrar apoio ao regime implantado. Fatos como estes durante o sistema militar fazem parte da lembrança e da experiência de quem o vivenciou. A instalação do golpe militar na Paraíba, por se tratar de história recente, possui uma produção literária escassa, principalmente caso o estudo seja voltado para imprensa e fotojornalismo, podendo-se dizer que quase nada é encontrado. É preciso pesquisar muito, buscar por documentos escritos e fotográficos, por pessoas que tenham conhecimento da história, para reavivar a memória e registrar os acontecimentos históricos que marcaram a política e a sociedade de uma região, “evitando que se repitam os mesmos fatos e seja garantida às futuras gerações a prática da liberdade de pensar politicamente diferente” (GOMES, 2002, p.39). Ainda sobre esta mesma temática Kossoy afirma:

Fotografia é memória e com ela se confunde. [...] A reconstituição histórica de um tema dado, assim como a observação do indivíduo rememorando, através dos álbuns, suas próprias histórias de vida, constitui-se num fascinante exercício intelectual pelo qual podemos detectar em que medida a realidade anda próxima da ficção (1998, p.40).

A fotografia funciona em nossas mentes como um passado preservado, lembrança imutável de certo momento. Algumas imagens carregam um forte conteúdo simbólico, como algumas de nossas próprias fotos pessoais ou familiares. Este meio revela um determinado acontecimento da vida que se pretendeu mostrar. Por em geral serem detalhes que de alguma forma marcaram sua existência, os homens colecionam esses inúmeros fragmentos congelados do passado em forma de imagens a fim de recordar, a qualquer momento, trechos de suas trajetórias. Observando essas fotos, percebe-se um sentimento nostálgico no qual se “revive” momentaneamente o passado. Porém é preciso observar que, uma vez desaparecido o registro fotográfico, o ciclo da lembrança e da recordação também pode ser interrompido.

Em se tratando de memória e fotografia, edições do *Diário da Borborema*, durante o período de abertura, reavivam o passado e a história do regime militar, através de chamativas manchetes expostas na primeira página do jornal. Abaixo temos alguns exemplos que remetem ao período pós ditatorial, em janeiro de 1985 como, por exemplo, a eleição realizada ainda de forma indireta, porém levando um civil à presidência.



Imagem 01 - Colégio escolhe amanhã o primeiro presidente civil após 20 anos. (Reportagem de capa publicada em 14 de jan. 1985).



Imagem 02- Tancredo promete após sua vitória ter sido esta a última eleição indireta. (reportagem de capa, publicada em 16 jan. 1985).

2. Regime ditatorial: do âmbito nacional ao regional

De certa forma, o mundo tornou-se mais íntimo à humanidade após o advento da fotografia. A obra de Kossoy expõe que a invenção desta propiciou o autoconhecimento e a recordação, o fazer artístico, a documentação e a denúncia graças a sua natureza testemunhal. “É a fotografia um intrigante documento

visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções” (KOSSOY, 2001, p.28).

Toda fotografia tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto dado do real, em determinado lugar e época. O registro visual documenta, por outro lado, a própria atitude do fotógrafo diante da realidade, seu estado de espírito e sua ideologia transparecem em suas imagens.

Com o regime militar, a documentação através de fotografias assim como toda a imprensa, foi afetada pela censura, ocultando em especial fatos políticos e econômicos da população. O Golpe de 64 tinha como objetivo acabar com a dita corrupção e subversão no país, dominar a inflação e resolver o problema da dívida externa brasileira que alcançava a cifra de 3,2 bilhões de dólares. Contudo, no decorrer do regime, os militares “aceitaram” a corrupção praticada por pessoas que ocupavam cargos de confiança, que sem conseguir conter os índices inflacionários, devolveram o poder aos civis com uma dívida externa em torno de 120 bilhões de dólares. Do ponto de vista político, Gaspari descreve o regime como se tudo tivesse corrido conforme o planejado:

[...] o Ato Institucional de abril de 1964 seria o único. Não foi. Se tudo desse certo, o marechal Costa e Silva governaria com a constituição de 1967. Não governou. Se pelo menos algumas coisas dessem certo, o AI-5 duraria menos de um ano. Durou dez. Se as coisas não dessem tão errado, as Forças Armadas, depois de se envolverem com tarefas de repressão política, regressariam às suas tarefas profissionais. Não regressaram (2002, p.141).

Durante o regime militar foram vistos atos de autoritarismo e desrespeito à Constituição. Na Paraíba, como apresenta Machado na obra *A opressão dos quartéis*, cerca de uma centena de paraibanos foram punidos pelo Golpe militar de 64. “Eleito em 1967, o então deputado estadual Ronaldo Cunha Lima, tomou posse em 68, mas só governou 40 dias. Veio-lhe a cassação do mandato e a suspensão dos direitos políticos por 10 anos” (1991. p.107). Logo, o estado paraibano foi tomado por questionamentos sobre situações como essas.

Em Campina Grande, a segunda maior cidade do estado da Paraíba, o afastamento do general Paes de Lima completava o ciclo dos quatro prefeitos no período de 68 a 72, pois os militares indicaram para substituir o militar afastado, o empresário campinense Luiz Motta. Entre os anos de 68 a 72, os quatro prefeitos da cidade foram: Ronaldo Cunha Lima, Orlando Almeida, General Paes de Lima, e Luiz Motta.

Durante a ditadura o poder de recordação da fotografia, a criação artística, e em especial o caráter de documentação foi negado aos fotojornalistas, que muitas vezes, como relata Aluizio Alves – na época fotógrafo do jornal *Diário da Borborema* em Campina Grande – “quando fotografavam manifestações nas ruas por exemplo, estas estavam censuradas antes mesmo de chegar ao jornal”⁵. Segundo Nicolau de Castro⁶ e José Waldir⁷ – na época também fotojornalistas do mesmo jornal – “essas fotografias que não foram publicadas, foram sendo guardadas e com o fim do regime militar foram publicadas algumas dessas imagens, porém boa parte até hoje não chegou ao conhecimento público”.

Em visita ao jornal *Diário da Borborema* em fevereiro de 2009, constatou-se através dos funcionários responsáveis pelo arquivo, que as fotografias que não foram publicadas no jornal mesmo depois da abertura do regime, foram perdidas, assim como todas as edições do jornal nos meses de março e abril de 1985. Os funcionários relataram que um acidente com a tubulação de água danificou tais documentos, assim como os exemplares do ano de 1979.

No entanto, o fotojornalista Nicolau de Castro possui até hoje um acervo com fotografias do período de ditadura. Deste arquivo, Nicolau cedeu 19 imagens não publicadas, das quais selecionamos 18 para análise neste artigo, estas que contêm temas envolvendo as *Diretas Já*, manifestações populares, estudantis e de artistas. Essas imagens foram analisadas e apresentadas no decorrer deste artigo.

3. Análise das imagens: uma contextualização do período militar em Campina Grande

Na cidade de Campina Grande – PB, foram descobertas imagens e importantes dados referentes ao período que compreende a década de 60 aos anos de abertura. A partir de entrevistas e fragmentos de reportagens do jornal *Diário da Borborema*, foi possível estabelecer um forte elo de ligação com a memória reavivando, através de lembranças dos entrevistados e das fotografias, parte da história da cidade.

⁵ ALVES, Aluizio. Entrevista concedida a Mainara Nóbrega. Campina Grande. 12 nov. 2008.

⁶ CASTRO, Nicolau de. Entrevista concedida a Mainara Nóbrega. Campina Grande. 07 nov. 2008)

⁷ LIRA, José Waldir. Entrevista concedida a Mainara Nóbrega. Campina Grande. 23 nov. 2008)



Imagem 03 – Vista aérea da cidade de Campina Grande - PB, no início da década de 80, por Nicolau de Castro.

Esta etapa apresenta o principal objetivo da pesquisa, que se propôs a investigar tal período da história de Campina Grande especialmente através de registros fotográficos e das memórias de fotojornalistas da cidade. Sendo assim, são apresentadas a seguir, de forma contextualizada, imagens do acervo pessoal de Nicolau de Castro, todas em caráter inédito.

A fotografia ao lado (imagem 03), realizada pelo fotojornalista Nicolau de Castro, segundo ele, a bordo de uma aeronave militar, não foi publicada devido ao cano da arma que apareceu no enquadramento, o que em um período de ditadura ocasionaria em uma série de interpretações e reações adversas da população.

Breve histórico do período pré ditatorial

No dia 31 de março de 1964, a população não imaginava a grande mudança que ocorreria na política, na cultura e na sociedade brasileira nos anos seguintes. A autora Maria José Gomes descreve que “quando as primeiras notícias do golpe militar chegaram à Paraíba, impuseram ao governo Pedro Moreno Gondim uma vigília por todo o dia 31 de março de 1964, [...] que se prolongou até o dia seguinte envolvendo a grande dúvida: apoiar ou não o golpe” (2002, p. 28). Porém, a situação era irreversível e se o Governador Pedro Gondim não tivesse aderido à Revolução, seu destino seria o mesmo do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, deposto e levado preso para a ilha de Fernando de Noronha.

Em 01 de abril daquele mesmo ano, às 10 horas da manhã, foi institucionalizado o golpe militar no Estado da Paraíba, através de uma nota oficial do governador Pedro Gondim em pronunciamento a Rádio Tabajara (emissora oficial do Estado), estabelecendo temor e desconfiança nas ruas.

Sobre esse medo o jornalista Evandro Nóbrega, em depoimento para o jornal A União, oferece uma visão do clima da época: “O medo desnorteava as pessoas. E eu não era nenhuma exceção”. As pessoas mais informadas politicamente ficaram perplexas com os acontecimentos. Os jornais que circularam no dia 01 de abril praticamente só traziam notícias sobre o golpe e anunciavam as mobilizações das tropas militares em todo o território nacional, neutralizando qualquer resistência anunciada. (*ibidem*, p.44)

A partir deste momento teve início a *Operação Limpeza*, em que foram presas as pessoas consideradas perigosas, profissionais e líderes populares que defendiam ou lutavam pelas reformas sociais. Somente com base no Ato Institucional nº 1 (AI-1) foram cassados ou tiveram os direitos políticos suspensos cerca de 2.985 (dois mil novecentos e oitenta e cinco) brasileiros.

O Art.10 do mesmo AI-1 autorizava a suspensão de direitos políticos e a cassação de mandato eleito de qualquer cidadão, atos excluídos de apreciação judicial. Abriam-se as portas à mais incruenta repressão de que se tem notícia na história do País. [...], o comando Revolucionário iniciava a ação punitiva com base na faculdade outorgada pelo Ato Institucional nº 1. Na lista primeira de cassação, 100 brasileiros perderam seus direitos políticos pelo prazo de 10 anos, entre eles dois ex-presidentes da República, Jânio Quadros e João Goulart. Tempos depois Juscelino Kubitschek foi alcançado pela repressão (MACHADO, 1991, p.31).

Através do AI-1 a oposição que poderia vir enfrentar o regime era abolida, concedendo ao Presidente poderes para escolher os congressistas aliados com a finalidade de que estes o elegessem. Dessa maneira, o regime encontrava-se legitimamente democrático frente à opinião pública internacional, já que o presidente seria eleito por um colégio eleitoral, composto de representantes escolhidos pelo povo. No entanto, o colégio eleitoral havia sido fragmentado pelo próprio AI-1. Após este Ato Constitucional, foram promulgados outros Atos complementares cassando os direitos constitucionais de cidadãos brasileiros e impondo uma série de normas a serem seguidas.

Manifestações de estudantes e sindicalistas

Na fotografia a seguir (imagem 04), é possível observar uma manifestação de professores e funcionários do Sintab (Sindicato dos Trabalhadores) na frente da prefeitura de Campina Grande. Segundo

o fotógrafo Nicolau de Castro, alguns estudantes juntaram-se aos manifestantes em defesa da causa (aumento salarial).

Durante o governo militar foi instaurada uma legislação que se aplicava não apenas aos estudantes, mas também aos operários, professores, funcionários etc. – a fim de proporcionar um maior controle da situação através de leis, decretos e portarias com o objetivo de enfraquecer qualquer resistência.

Se é verdade que, em sua maioria, os estudantes politizados vinham da classe média, é verdade também que eles constituíam uma categoria que pressionava desde o Governo João Goulart, juntamente com as classes operárias, para as mudanças sociais que se faziam necessárias; por isso, a ação repressora aos estudantes foi feita de modo contundente. No dia seguinte ao golpe militar, a União Nacional dos Estudantes – UNE estimulou uma greve geral nas universidades. As lideranças estudantis esperavam o apoio total das esquerdas e dos movimentos populares contrários ao golpe – mas, decididamente, esse apoio não veio (GOMES, 2002, p.23).



Imagem 04 – professores e funcionários do Sindicato dos trabalhadores (Sintab) de Campina Grande realizam manifestação na frente da prefeitura da cidade reivindicando melhores salários, por Nicolau de Castro.



Imagem 05 – estudantes e curiosos aderem à manifestação do Sintab, aumentando o número de pessoas no local, por Nicolau de Castro.

O autoritarismo se instalou nas Universidades desde o primeiro instante da ditadura militar, através do combate às infiltrações de ideais progressistas. O Governo praticamente acabou com a possibilidade da livre manifestação estudantil.

Em nossa evolução histórica, o meio estudantil serviu de caldo de cultura para a fermentação do sentido nacionalista frente à dominação Colonial, impulsionou as lutas pela Abolição e pela República e participou de todas as grandes viradas políticas vividas pelo país neste século (ARNS, 1985, p.131).

Através do Decreto – Lei nº477/69 foi criado um policiamento dentro das Universidades, especialmente das capitais do país com maior foco revolucionário. As ASI – Assessorias de Segurança e Informação – estavam diretamente ligadas ao Serviço Nacional de Informação. Tais órgãos de observação presentes no cotidiano universitário geraram medo, terror, desconfiança e insegurança dentro das instituições.

Na UFPB⁸ em João Pessoa, a ditadura também se instalou rigorosamente. Segundo Gomes, “Grande parte dos professores e alunos silenciou. Outra parte aderiu aos golpistas; uma pequena parte resistiu, denunciou e foi perseguida, presa ou expulsa da Universidade [...]” (2002, p.66). Este contexto histórico também pode ser aplicado a cidade de Campina Grande durante o período em questão. A nível nacional um dos acontecimentos que de fato marcou o movimento estudantil, e no qual se pôde ter uma real dimensão da tirania militar, foram as prisões realizadas em Ibiuna-SP, onde estudantes considerados revolucionários e subversivos (pelos militares) se reuniram em um sítio de um veterano comunista. Segundo Gaspari:

A polícia sabia local, dia e hora da reunião. Cercou-a com tropas da Polícia Militar na madrugada fria de 12 de outubro. Prenderam toda a UNE, sua liderança passada, presente e futura. No maior arrastão da história brasileira, capturaram-se 920 pessoas, levadas para São Paulo em cinco caminhões do Exército e dez ônibus. O movimento estudantil se acabara. Dele restou um grande inquérito policial (2002, p.325)

⁸ Até o ano de 2002 a universidade atualmente nomeada UFCG (Universidade Federal de Campina Grande), também era parte integrante da UFPB (Universidade Federal da Paraíba), sendo então na época chamada de UFPB - campus 2.

Em entrevista concedida neste projeto, o fotojornalista Aluizio Alves conta que “Antigamente essas manifestações eram mais de estudantes. Os estudantes tinham força”⁹; e José Waldir descreve que “A revolução tinha um movimento estudantil. [...] uma vez cheguei lá, estava cheio de estudantes todos daquele movimento, ai fotografei e correram atrás de mim: ‘Não pode fotografar’ diziam. Foi uma correria... eu corri, tirei o filme que eu havia fotografado da máquina. O filme virgem que eu tinha, dei a eles, que pegaram e saíram abrindo os fotogramas enquanto eu corria”¹⁰.

As manifestações populares das Diretas Já

Muitas das manifestações da população campinense eram feitas no calçadão da Cardoso Vieira, na Rua Venâncio Neiva e na Marquês do Herval. Em seu depoimento, Aluizio Alves e Nicolau de Castro revelaram que, apesar de os grandes movimentos pelas *Diretas Já* terem se concentrado nas grandes cidades como Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Recife etc, houveram em Campina Grande manifestações através de faixas e cartazes colocados nos postes do centro da cidade chamando a atenção da população campinense para a situação política do país. O jornal, *Diário da Borborema*, na reportagem “Um dia de expectativa e euforia” publicada em 16/01/1985 no caderno Política p.2, descreve que:

A colocação de faixas e pichações, por vários pontos da cidade, por membros de diversas facções, como PC-do B e MR-8, teve início na noite de anteontem[13/01/1985]. Nas faixas e cartazes, os apelos pela Constituinte e Reforma Agrária, uma das aspirações de muitos brasileiros.

Também marcou a intensa movimentação, um verdadeiro comício, em pleno calçadão. Em meio à multidão, grupos de manifestantes e defensores do nome de Tancredo Neves soltaram fogos e confetes, além de distribuírem panfletos com a grande massa presente.

Quando o processo das *Diretas Já* começou, os militares tinham o controle dos meios de comunicação. Gráficas foram vigiadas permanentemente, alguns filmes não foram exibidos e determinadas músicas consideradas subversivas pelo regime militar passaram a não mais tocar em todo território nacional. Nas grandes cidades do país, foco dos movimentos revolucionários, seqüestros e desaparecimentos eram comuns, porém poucos apareciam nos jornais devido à censura.

No decorrer da pesquisa, Nicolau de Castro descreve que a censura do regime militar foi muito rígida. Os fotojornalistas sofreram principalmente com constrangimentos. “Eu tenho a impressão que existia um meio, não sei se dentro das redações de jornais, nos rádios, sei lá... Sei que eles [a polícia e exército] sabiam, eles sempre descobriam [as fotografias que havíamos produzido]”¹¹. Aluizio Alves conta que “o jornal sempre era vigiado, por agentes da P2, uma divisão da polícia cuja atividade se resumia a espionagem. Tudo que acontecia não era descoberto pela polícia ou pelo exército, mas pelos agentes”¹². E segundo Waldir Lira, “No jornal teve muita gente que foi preso e ficou no Batalhão, mas eu mesmo não graças a Deus. Nunca nem fui chamado pela Polícia Federal para prestar esclarecimentos”¹³.



Imagem 06 – Manifestação sindical pelas *Diretas Já*, em janeiro de 1985, ano da abertura política e, conseqüentemente, fim do regime ditatorial, por Nicolau de Castro.

O dia 15 de janeiro ficou marcado na história política brasileira, com a eleição do presidente da República. O Brasil inteiro viveu um dia de intensa movimentação, expectativa e euforia. Em Campina Grande, tudo começou cedo. No calçadão da rua Cardoso Vieira, onde foi instalado um serviço de som e colocados televisores, uma grande multidão, indiferente ao sol causticante assistiu à votação.

Como já se esperava, a maioria do povo que há muito vem demonstrando o interesse pela mudança, e torcendo por Tancredo Neves, vibrou intensamente logo com os resultados parciais em seu favor. Seu nome era sempre aplaudido, quando o voto se dava em seu favor. Ao mesmo tempo, os manifestantes, vaiavam os votos do deputado Paulo Maluf, candidato PDS.

Como o Prefeito facultou o expediente nas repartições municipais, muitos servidores puderam também assistir a votação. (Um dia de expectativa e euforia. *Diário da Borborema*, caderno Política p.2, Campina Grande, 16 jan. 1985.)

⁹ ALVES, Aluizio. Entrevista concedida a Mainara Nóbrega. Campina Grande. 12 nov. 2008.

¹⁰ LIRA, José Waldir. Entrevista concedida a Mainara Nóbrega. Campina Grande. 23 nov. 2008.

¹¹ CASTRO, Nicolau de. Entrevista concedida a Mainara Nóbrega. Campina Grande. 07 nov. 2008.

¹² ALVES, Aluizio. Entrevista concedida a Mainara Nóbrega. Campina Grande. 12 nov. 2008.

¹³ LIRA, José Waldir. Entrevista concedida a Mainara Nóbrega. Campina Grande. 23 nov. 2008.

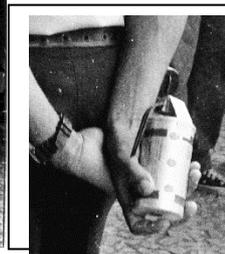
Na fotografia a seguir, imagem 07, pode ser visto um policial segurando uma câmera fotográfica que foi confiscada quando o fotojornalista do jornal Diário da Borborema, Marcelo Marques, registrava uma manifestação nas ruas da cidade. A imagem 08, também comprova a repressão militar, mostrando desta vez um policial segurando um *spray* utilizado para conter os manifestantes mais exaltados. “[...] durante esse período, um homem fardado qualquer tinha mais poder do que um Juiz de Direito” (MACHADO, 1991, pp.139-140).



Detalhe ampliado



Detalhe ampliado



Imagens 07 e 08 - *Diretas Já*, janeiro de 1985, por Nicolau de Castro. Policiais mostram-se rigorosos nas manifestações pela eleição direta e utilizam-se da força quando entendem ser a melhor forma de conter os manifestantes e a imprensa.

Mesmo nas manifestações consideradas “livres”, as que os militares sabiam quando e onde iam acontecer, policiais sempre montavam guarda para eventuais prisões, caso fosse falado algo mais explícito sobre a conduta do governo militar. No geral, os detentos eram enviados para as prisões de Recife e João Pessoa, consideradas as mais violentas do Nordeste, devido ao grau de severidade destas. Os demais que ficavam em Campina Grande eram alojados em delegacias e no quartel do Exército.

O controle realizado pelo poderio militar não se limitava aos meios de comunicação, a política e a cultura, mas até mesmo a alimentação, como relata o comerciante José de Souza:

Meu pai tinha armazém de cereais e no período da ditadura, eles tentaram controlar o setor de alimentação também. Por exemplo, chegava a mercadoria, um caminhão de feijão, de arroz, qualquer produto similar, eles exigiam que apresentássemos a nota fiscal no Quartel. Quando vendíamos também para as outras cidades que abastecíamos, que os comerciantes vinham comprar aqui, também tínhamos que apresentar a nota fiscal de saída de mercadoria. Teve um período que eles tentaram controlar até a alimentação, o consumo. (SOUZA, José. Entrevista concedida a Mainara Nóbrega. Campina Grande. 21 nov. 2008).



A fotografia ao lado, imagem 09, mostra como os sindicalistas e manifestantes campinenses eram coagidos pela polícia, que sob estado de atenção total estavam sempre prontos a agir. Foi assim durante todo período do regime militar, porém não há relato de torturas cometidas na cidade de Campina Grande, o que não descarta a possibilidade de ter havido, pois ainda hoje existe receio na fala daqueles que vivenciaram de fato os acontecimentos da ditadura, onde denunciar torturas era tido como um grave ataque ao regime.

Imagem 09 – Na fotografia segurando o microfone o manifestante Manuel Donato (a esquerda), ao lado de Davi Lobão (a direita), chamavam a atenção da população em janeiro de 1985 pelas Diretas Já, por Nicolau de Castro.

Durante os 21 anos de duração do ciclo militar, sucederam-se períodos de maior ou menor racionalidade no trato das questões políticas. Foram duas décadas de avanços e recuos, ou, como se dizia na época, “aberturas” e “endurecimentos”. De 1964 a 1967 o presidente Castello Branco procurou exercer uma ditadura temporária. De 1967 a 1968 o marechal Costa e Silva tentou governar dentro de um sistema constitucional, e de 1968 a 1974 o país esteve sob um regime escancaradamente ditatorial. De 1974 a 1979, debaixo da mesma ditadura, dela começou-se a sair. Em todas essas fases o melhor termômetro da situação do país foi a medida da prática da tortura pelo Estado (GASPARI, 2002, p.129).



Imagens 10 e 11 – Interferência militar na Avenida Floriano Peixoto devido a greve dos trabalhadores de transportes coletivos. Como esta, várias outras categorias utilizaram-se da greve durante a ditadura reivindicando reajuste salarial devido a inflação exacerbada, por Nicolau de Castro.

Entre os acontecimentos ocorridos nos 21 anos de ditadura militar, escolas, igrejas e sindicatos passaram a ser constantemente vigiados e reprimidos, porém o mais impactante, que teve grande peso para o desencadeamento das Diretas Já, foi o AI-5, o quinto ato institucional de uma série de decretos emitidos pelo regime militar brasileiro após o Golpe de 1964. Esta ferramenta se sobrepôs a Constituição, fornecendo ao regime poderes absolutos, no qual a primeira consequência foi o fechamento do Congresso Nacional por quase um ano.

[...] em primeiro de janeiro de 1979, é revogado o AI-5, a face mais ostensiva da ditadura, embora parte de seus dispositivos passassem a estar embutidos na constituição, como o “estado de emergência”, que o Executivo poderia decretar em momentos de crise, atribuindo-se poderes excepcionais e suspendendo as garantias dos cidadãos por um prazo de 60 dias, prorrogáveis por mais 60 (ARNS, 1985, p.68).

Se antes deste Ato já havia movimentos revolucionários, torturas, desaparecimentos e manifestações populares em todo país, após o estabelecimento de tais regras diante da sociedade, a censura e a repressão ampliaram suas proporções.

Não restavam dúvidas que as ações do Estado Militar visavam à formação de um cidadão que não contestasse as decisões do governo. Muitas foram as ordens recebidas para proibir manifestações. Em Campina Grande, os atos revolucionários ocorreram em proporções bem menores que nas capitais do país, porém algumas pessoas foram levadas para prestar esclarecimentos no quartel da polícia na cidade. O número de policiais nas ruas também aumentou, estabelecendo um clima de vigilância constante da população. Na capital do estado, João Pessoa, a situação era semelhante.

O Exército, juntamente com a Polícia Militar, tomou as ruas da capital paraibana e as primeiras prisões começaram a ser feitas em três locais: no Batalhão do 15 RI, sediado no bairro de Cruz das Armas, no Grupamento de Engenharia, localizado na rua Epitácio Pessoa, e no Batalhão da Polícia Militar, no centro da cidade. O clima era de muita apreensão (GOMES, 2002. p.44).

Uma série de decretos foram aprovados a fim de adaptar o poderio bélico das Forças Armadas à nova doutrina de “segurança”, que apostava o foco de suas atenções na “guerra revolucionária”, abastecida pelo Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI)¹⁴, criado em 1964. Em entrevista, o comerciante José de Souza, ex-funcionário da loja Manoel Ferreira, na cidade de Campina Grande – PB, conta que “durante o

¹⁴ Este grupo foi fundado junto à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (F.I.E.S.P.), em 30 de abril de 1964, com o intuito de aproxima o relacionamento Indústria/Forças Armadas.

período de ditadura haviam desaparecimentos e roubos de carregamentos de armas, porém isso não era noticiado pela imprensa”¹⁵.



Imagem 12– Manifestação popular no centro da cidade de Campina Grande, por Nicolau de Castro.



Imagem 13 – população campinense vai às ruas em manifestação pelas Diretas Já, por Nicolau de Castro.

Com base nas imagens acima (imagem 12 e 13), pode-se observar a mobilização da população campinense pouco antes das eleições que puseram fim ao regime ditatorial. Inicialmente, o governo militar mostrava não se importar com tais tipos de manifestações, porém a partir do momento em que estudantes, professores, intelectuais e artistas se juntaram formando uma só massa de oposição que vinha a reivindicar direitos trabalhistas, o governo militar atentou que várias camadas da sociedade estavam contra a ditadura. Na tentativa de evitar a queda do regime foram então instituídos instrumentos mais contundentes para conter o aumento de questionamentos, como foi o caso do Decreto – Lei nº477/69 e o AI-5.

Em testemunho oferecido pelo crítico de cinema e professor de Arte da Universidade Federal da Paraíba, Wills Leal, foi evidenciado que:

[...] parte da população paraibana tomou conhecimento do golpe através das emissoras de rádio e de televisão; a TV Jornal do Comércio de Recife, logo cedo de manhã, trouxe um militar aos seus estúdios para dizer “que era chegada o momento de todos os brasileiros lutarem pelas liberdades e de comunistas, subversivos, maus brasileiros, irem para a cadeia [...] Morte para os que defendem ideologias exóticas, morte para os inimigos de Deus, da Pátria e da Família” (GOMES,2002,p.43).



Imagens 14 e 15 – Avenida Floriano Peixoto, em Campina Grande, é alvo de manifestações, por Nicolau de Castro.

As fotografias acima mostram manifestações populares ocorridas na Avenida Floriano Peixoto. Durante os anos de 1962 a 1964 houve um grande crescimento das lutas populares, nas quais a maior parte dos manifestantes eram estudantes e sindicalistas. Em entrevista, o fotojornalista Nicolau de Castro conta que “A população parecia passiva, com algumas exceções, como: estudantes...” e segundo José Waldir “Houveram muitas prisões aqui em Campina durante o período de ditadura”. Ainda sobre isto, Gaspari afirma:

A pior das marcas da ditadura do Ato que havia de ferir toda uma geração de brasileiros, encontra-se no seu artigo de 10 “Fica suspensa a garantia de habeas corpus nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional. Estava atendida a reivindicação da máquina

¹⁵ SOUZA, José de. Entrevista concedida a Mainara Nóbrega. Campina Grande. 21 de nov. 2008.

repressiva [...]. Toda vez que a Justiça concedia o habeas corpus a um suspeito, isso significa apenas que ele era vítima de perseguição inepta, mas desde os primeiros dias de 1964 esse instituto foi visto como um túnel por onde escapavam os inimigos do regime. Três meses depois da edição do AI-5, estabeleceu-se que os encarregados de inquiridos políticos podiam prender quaisquer cidadãos por sessenta dias, dez dos quais em regime de incomunicabilidade. Em termos práticos, esses prazos destinavam-se a favorecer o trabalho dos torturadores. [...] Estava montado o cenário para os crimes da ditadura. (2002, pp. 340 – 341).

Devido ao golpe de 64, muitos personagens da política brasileira tiveram seus mandatos caçados. Pessoas encaradas pelo regime como rebeldes ou manifestantes perderam os direitos políticos por 10 anos, e os que se mostraram irreduzíveis ao regime, foram torturados ou demitidos. Os fatores mais notáveis deste processo militar para o Brasil foram: uma doutrina da segurança nacional que considerava qualquer governante populista um subversivo, disseminador de ideologias prejudiciais a nação; um surto econômico com o aumento demasiado da dívida externa para fiz de modernização do país; e uma série de Atos Institucionais, decretos emitidos com o intento de estabelecer poderes extra-constitucionais para ações políticas e militares.

Manifestações por melhores condições de transporte



Imagens 16 – Dentro do ônibus policial garante a segurança do motorista e cobrador do ônibus, devido a violentas manifestações contra preços de passagens, por Nicolau de Castro.



Imagem 17 – Manifestações populares pelo barateamento dos transportes. Na imagem acima é possível observar os manifestantes mais exaltados, por Nicolau de Castro.

Durante o período de ditadura em Campina Grande era comum nos ônibus a presença de policiais armados (imagens 16 e 17), pois esses seguiam ordens para apreender cidadãos considerados subversivos que prestariam esclarecimentos no quartel do exército, efetuando prisões quando julgavam necessário, além de garantirem a segurança daqueles que trabalhavam e utilizavam os ônibus como meio de transporte e eram às vezes surpreendidos por manifestações mais exaltadas e violentas.

Na foto ao lado (imagem 18) é possível observar policiais atentos a movimentação enquanto garantem a segurança do motorista e cobrador, estando aptos a efetuar prisões para acalmar a reação dos manifestantes e levarem estes a prestar esclarecimentos pela desordem causada. O excesso de prisões foi um fenômeno que repercutiu por todo país.



Imagem 18 – Durante o regime militar, com a finalidade de manter a ordem pública, a segurança policial garante transporte coletivo sem manifestantes, por Nicolau de Castro.

Eram tantas as prisões que dezenas de navios foram transformados em presídios [...]. Os presídios comuns, as casas de detenção, as delegacias de ordem política social, os quartéis do Exército ficaram superlotados de presos políticos civis. Até o estádio do Maracanãzinho foi requisitado pelas unidades de repressão. As embaixadas foram tomadas pelos perseguidos. Calcula-se em 50 mil o número de presos que super povoavam essas prisões, onde predominavam os maus tratos (MACHADO, 1991, p.32).

Meados da década de 80: anos de abertura

No período em que os ditadores encontravam-se no poder, canções que poderiam de alguma forma ir de encontro ao marketing político governamental eram reprimidas. O festival de violeiros, na foto a seguir (imagem 19), foi um desses eventos que, por não exaltar o “progresso” do país durante a ditadura e por conter um abaixo assinado por melhores condições de transporte, teve as imagens de divulgação censuradas. Sendo assim fotografias como essas (imagens 19 e 20), nunca chegaram a ser publicadas.



Imagem 19 – Festival de Violeiros, por Nicolau de Castro.

Em 1970, o Brasil ganha a Copa do Mundo no México. Aproveitando a euforia, o regime se arma de um esquema de marketing político que se exprime em decalques colocados em vidros de carros, paredes e muros, numa advertência ameaçadora: Brasil, ame-o ou deixe-o; canções eram construídas a mando do Governo numa alusão ao progresso e ao crescimento do país, como: Este é um país que vai para frente, oh! Meu Brasil eu te amo, eu te amo – meu coração é verde e amarelo... tudo em busca do consenso e da adesão popular (GOMES, 2002, p.33).

De acordo com os fotojornalistas entrevistados no decorrer desta pesquisa, algumas razões foram apontadas sobre o porque das imagens terem sido censuradas. Segundo Aluizio Alves “Muitas das imagens não foram publicadas por conta de apadrinhamento, isto era o tipo de coisa que se via comumente no jornal. Questão do fotografado ter conhecimento com policiais federais e as imagens eram censuradas”¹⁶. Já Nicolau de Castro conta que “muita coisa [fotografias] não foi publicada. Muitas manifestações. Esse material foi sendo guardado. E quando, depois de Figueiredo, teve a abertura política, o jornal fez uma reportagem mostrando muitas coisas. Mesmo com essa reportagem houveram imagens que não foram publicadas, não se sabe porque”¹⁷. José Waldir aponta que “várias fotos não foram publicadas por ordem militar que diziam ‘olhem não bote essa matéria’”¹⁸.



Imagem 20 – Festival de Violeiros, por Nicolau de Castro. No festival foi exposta a luta por melhores condições de transportes coletivos através de abaixo assinado.

O festival de violeiros também serviu para discussão de questões relativas a democracia, expondo a luta por melhores condições de transportes coletivos através de um grande abaixo assinado, como pode ser observado na fotografia ao lado (imagem 20). Os festivais que envolviam música, cinema, teatro, literatura e outras formas de arte sofreram severas fiscalizações da repressão.

¹⁶ ALVES, Aluizio. Entrevista concedida a Mainara Nóbrega. Campina Grande. 12 nov. 2008.

¹⁷ CASTRO, Nicolau de. Entrevista concedida a Mainara Nóbrega. Campina Grande. 07 nov. 2008.

¹⁸ LIRA, José Waldir. Entrevista concedida a Mainara Nóbrega. Campina Grande. 23 nov. 2008.

[...] A perseguição atingiu a intelectualidade e a imprensa. Jornais e editoriais foram fechados. Em São paulo, o DOPS recolheu 24.607 livros em poucos dias. Incendiaram a cultura em grandes fogueiras pelo Brasil a fora, inaugurando uma fase que se chamou de Terror Cultural¹⁹ (MACHADO, 1991. p.33).

Após todos estes acontecimentos, anos de barbaridades e abuso de poder, no dia 15 de janeiro de 1985, o colégio eleitoral se reuniu a partir das 9 horas de manhã para eleger o primeiro presidente civil do Brasil após 21 anos de regime militar. Esta foi a última eleição para Presidente da República que ocorreu de maneira indireta, visto que ambos os candidatos, Tancredo Neves da Aliança Democrática e Paulo Maluf do PDS (Partido Democrático Social), se comprometeram em restabelecer o voto direto em todos os níveis, e os políticos sucessores a eles fizeram o mesmo devolvendo o direito democrático do voto ao país.

Dos 686 membros do Colégio Eleitoral, 21 são paraibanos. Destes, 11 votarão em Tancredo Neves e os 10 restantes em Paulo Maluf. O candidato da Aliança Democrática obterá os votos dos senadores Marcondes Gadelha e Milton Cabral (PDS) e Humberto Lucena (PMDB), dos deputados federais Edme Tavares e Álvaro Gaudêncio (PDS); do deputado Tarcísio Burity (Frente Liberal); e dos deputados Raymundo Asfora, João Agripino, Aloísio Campos, Carbeiro Arnaud e José Maranhão (PMDB). Já o deputado Paulo Maluf receberá os votos dos deputados, Joacil Pereira, Ernani Sátyro, Adauto Pereira, e Antonio Gomes (PDS) e dos seis delegados da Assembleia Legislativa: Afrânio Bezerra, Egidio Madruga, João Ribeiro, Nilo Feitosa, Soares Madruga e Vani Braga. (Reportagem de capa do **Diário da Borborema**, Colégio elege amanhã o primeiro presidente civil do Brasil após 20 anos publicado em 14/01/1985)

Tancredo Neves foi eleito com 300 votos de diferença sobre seu concorrente, o deputado Paulo Maluf, e após sua vitória ratificou em discurso à nação que não mais haveriam eleições indiretas no país, e que realizaria urgentes e corajosas mudanças políticas, sociais e econômicas indispensáveis ao bem estar de todo o povo.

CONCLUSÕES

Ao final de todo o processo descrito torna-se visível o resultado obtido através das condições delimitadas nos objetivos, em que foram investigadas e discutidas a atuação dos fotojornalistas do jornal *Diário da Borborema* em Campina Grande – PB, no período que compreende as décadas de 60 a 80 do século passado, analisando as fotografias por estes produzidas e não publicadas, devido à censura da época.

No decorrer das etapas que compõem este projeto, percebeu-se em vários momentos a preocupação ou o desconforto dos entrevistados em falar sobre alguns acontecimentos, especialmente em se tratando de políticos conhecidos, tamanha a repressão que sofreram durante o período de ditadura. Mesmo assim, todos se disponibilizaram a descrever como foi essa fase da história, a partir da reconstituição de lembranças de suas vidas, nos trazendo dados fundamentais para a pesquisa, que juntamente aos dados bibliográficos analisados, construíram uma fonte que relaciona a ditadura do âmbito nacional até o local.

Através deste processo, no qual foi estudado o período ditatorial - do golpe de 64 aos anos de abertura - e a fotografia por meio de uma abordagem técnica e teórica, foi possível agregar à história da cidade, imagens até então nunca publicadas, além do desenvolvimento de uma bibliografia de consulta para pesquisadores, composta por importantes depoimentos dos profissionais (fotojornalistas e comerciante) que atuaram durante o período ditatorial em Campina Grande.

Tornou-se evidente o peso que as lembranças dos entrevistados e como essas mostram-se surpreendentes e esclarecedoras, visto que não há muitas obras sobre o assunto abordado. Apesar das dificuldades encontradas para obtenção de imagens nunca publicadas no período do regime militar, tanto em acervo pessoal como no *Diário da Borborema*, as fotografias trazidas e contextualizadas neste artigo somam um resultado positivo à memória da cidade e agrega mais uma peça à reconstrução da história do país que remete ao regime militar.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pela bolsa de Iniciação Científica e à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Ao Professor/ Orientador Paulo Matias pela confiança em meu trabalho como pesquisadora iniciante, através do qual descobri-me como fotógrafa e desenvolvi meu interesse nesta área, assim como na pesquisa científica.

¹⁹ Isto aconteceu nos primeiros dias que se seguiram ao golpe, entre 11 e 13 de abril de 1964.

À bolsista da primeira fase deste projeto, Violência (re)velada: A fotografia e os fotógrafos em Campina Grande nos anos da ditadura (1960-1980) vigência 2004/2005, Julie Manuelle Monteiro Brito, sem a qual eu não teria acesso a entrevista do fotojornalista Marcelo Marques da Silva.

À aluna do curso de Letras da UFCG e bolsista do PIBIC vigência 2007/2008, Magnólia Cruz, pela revisão estrutural e gramatical do artigo.

Aos ex-fotojornalistas do *Diário da Borborema (DB)*, Aluízio Alves do Nascimento e José Waldir Lira pela receptividade e disponibilidade para falar sobre sua vida e seu trabalho.

Ao fotojornalista Nicolau de Castro (atualmente trabalhando no *Jornal da Paraíba*) pela receptividade, disponibilidade, permissão e confiança no uso de suas fotografias nunca publicadas até então para análise; contribuição fundamental para a concretização desta pesquisa.

Ao comerciante José de Sousa Cabral, pela disponibilidade e permissão para utilização de sua entrevista.

À Fátima e Renovato da biblioteca do *Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande*, por sua receptividade e disponibilidade no auxílio da busca por antigas edições do jornal impresso *Diário da Borborema*.

Aos funcionários Glauco (arquivista) e Júlio César (diagramador) pela disponibilidade e acessibilidade durante a pesquisa feita nos arquivos fotográficos do jornal *Diário da Borborema*.

À minha mãe e amigos pelo apoio singular durante este ano de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: Nunca mais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Trad. Mariana Appenzeller. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Maria José Texeira Lopes. **Ditadura na Universidade Federal da Paraíba (1964-1971): memória de professores**. João Pessoa: CEFET/PB, 2002.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____. **Fotografia e memória: Reconstrução por meio da fotografia**. In: SAMAIN, Etienne(org). **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MACHADO, Jório. **1964: A Opressão dos Quartéis**. João Pessoa: O Combate, 1991.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. **Imagem e memória**. In: SAMAIN, Etienne(org). **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998.